

**HABEAS CORPUS Nº 502.404 - SP (2019/0094913-4)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : LUCAS CARDOSO**  
**ADVOGADO : LUCAS CARDOSO - SP0373325**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : THAIS HELENA CARVALHO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de **THAIS HELENA CARVALHO** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada às penas de 05 (cinco) anos de reclusão, em regime fechado, e 500 (quinhentos) dias-multa, como incurso nas sanções do art. 33, **caput**, da Lei 11.343/06.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 21-49, com a seguinte ementa:

*"Tráfico de drogas. Apreensão de a 3 porções de maconha, com peso líquido de 442,86g. Sentença procedente à acusação. Recurso da defesa. Absolvição do crime de tráfico por insuficiência de provas. Inocorrência. Acervo probatório que revela envolvimento da sentenciada com a traficância. Presença de coação moral irresistível. Impossibilidade. Excludente de culpabilidade não comprovada nos autos. Dosimetria da pena realizada corretamente. Regime fechado adequadamente imposto. Inviabilidade de conversão das reprimendas corporais em alternativas. Prequestionamento. Desnecessidade. Não é exigida a enumeração de dispositivos legais, nem a citação expressa dos mesmos, sendo suficiente o prequestionamento temático. Negado provimento ao recurso."*

No presente **writ**, o impetrante sustenta que não houve justificação adequada a ensejar a não aplicação da redutora capitulada no parágrafo 4º, do art. 33 da Lei n. 11.343/06, e afronta aos enunciados das Súmulas n. 718 e n. 719 do Supremo Tribunal Federal e Súmula n. 440 desta

Corte Superior, ao argumento de que o regime inicial de cumprimento de pena foi fixado com base na gravidade abstrata do crime.

Requer, ao final, a concessão da liminar, para determinar a soltura da paciente (fls. 3-12).

Decido.

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Na hipótese, compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

